

Os Programas Sociais Governamentais: Brasil, Iraque e Timor Leste

1. Do Programa Bolsa Família à Renda Básica de Cidadania no Brasil

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

Sinto-me feliz por ter sido convidado mais uma vez pela SBPC para expor como estão os programas sociais brasileiros e a perspectiva de um dia no Brasil tornarmos realidade a Renda Básica de Cidadania. A primeira vez foi na Reunião Anual da SBPC de Recife, em 18 de julho de 2003.

A minha primeira participação na Conferencia Internacional da BIEN ocorreu em 1994, em Londres, Reino Unido no V Congresso desta entidade. A BIEN, fundada em 1986, inicialmente denominada Rede Européia de Renda Básica. Na ocasião, eu ainda estava em processo de aprendizagem sobre como uma renda básica incondicional poderia ser mais racional e mais eficiente que um programa de transferência de renda, por exemplo, sob a forma de imposto de renda negativo, com o objetivo de erradicar a pobreza absoluta e de promover a justiça numa nação. Naquele V Congresso, uma homenagem foi prestada ao Professor James Edward Meade, vencedor do Prêmio Nobel de Economia em 1977, que estava enfermo e foi representado pela sua filha, Bridget Dommen. Infelizmente, James Edward faleceu em 1995, depois de concluir o seu ultimo livro sobre as características da *Agathotopia*, um bom lugar para pessoas imperfeitas habitarem.

O Professor Meade contribuiu bastante para a defesa da renda básica desde o início dos anos trinta, quando era membro do Círculo de Cambridge junto com John Maynard Keynes, Joan Robinson, Edward Khan e outros. Nascido em 1907, já aos 28 anos, em 1935, Meade escreveu *An Outline of Economic Policy for the Labor Government* (Um esboço de Economia Política para o Governo Trabalhista), no qual já apresentava algumas das idéias que posteriormente em sua vida foram escritas de forma mais completa em *Agathotopia* (1989), *Liberty, Equality and Efficiency*, *An Apologia pro Agathotopia Mea* (1992), e *Full Employment Regained? An Agathotopian Dream* (1995).

Por sua vez, John Maynard Keynes, em 1930, no livro *Economic Possibilities of our Grandchildren* previa que por volta de 2030, se a humanidade evitasse guerras, prestasse atenção à sabedoria dos cientistas e planejasse melhor o tamanho de suas famílias, seríamos capazes de garantir o bem-estar de todos.

Em 1991, apresentei no Senado brasileiro um projeto que instituí a Garantia de Renda Mínima a todos os adultos com 25 anos ou mais de idade e com renda mensal abaixo de Cr\$ 45,00 (equivalentes então a US\$ 150,00) que teriam o direito de receber um imposto de renda negativo, levando em consideração a disponibilidade de recursos, variando de 30% a 50% da diferença entre CR\$ 45,00 e o seu nível de renda. O projeto em questão foi aprovado no Senado e recebeu um parecer favorável na Comissão de Finanças da Câmara dos Deputados.

Foi naquele V Congresso que encontrei e conheci melhor muitos dos membros da BIEN, como Philippe Van Parijs, Guy Standing, Clauss Offe que depois visitaram o Brasil e contribuíram primordialmente para a decisão de iniciar no Brasil experiências locais e regionais, em Campinas, no Distrito Federal e dezenas de municípios, dos Programas de Garantia de Renda Mínima vinculados às Oportunidades Educacionais, tais como os Programas de Bolsa Escola que depois se tornaram em Programas Federais e foram transformados nos Programas Bolsa Família.

Em 1996, acompanhei a audiência do Professor Van Parijs com o Presidente Fernando Henrique Cardoso e o seu Ministro de Educação, Paulo Renato de Souza e equipe. Na ocasião, Van Parijs afirmou que seria um bom passo começar um programa de renda mínima vinculado às oportunidades educacionais com a perspectiva de um dia chegar à renda básica incondicional.

Esse diálogo encorajou o governo à apoiar a aprovação da Lei 9.533/97 que permitiu à União financiar 50% dos custos dos municípios que implantassem programas de garantia de renda mínima, vinculados às oportunidades educacionais, começando pelas regiões mais pobres. Em 2001, o Presidente Fernando Henrique Cardoso apresentou a Medida Provisória, convertida na Lei 10.219/2001 por meio da qual a União poderia financiar todos os gastos dos municípios que implantassem Programas de Renda Mínima vinculados à educação ou Programas Bolsa Escola.

Em Dezembro de 2001, decidi apresentar um Projeto de Lei, instituindo uma Renda Básica de Cidadania incondicional à partir de 2005. O senador designado para ser o relator, Francelino Pereira (PFL/MG), concluiu favoravelmente, mas sugeriu que o projeto fosse implantado passo a passo, compatibilizando assim a proposição com a Lei de Responsabilidade Fiscal que afirma que *para cada despesa é necessário demonstrar a receita correspondente no orçamento*.

Na ocasião, lembrei-me das recomendações do Professor James Meade, que afirmava que se desejassemos um bom lugar onde pudéssemos ter liberdade, onde cada um trabalhasse de acordo com a sua vocação, e fosse capaz de gastar a sua recompensa em qualquer coisa que desejasse, igualdade, para que não houvesse grandes disparidades na renda e na riqueza, e eficiência, para atingir o nível mais alto de vida compatível com a tecnologia e os recursos disponíveis, deveríamos ter os seguintes arranjos e instituições: flexibilidade de preços e salários, para promover a melhor alocação de recursos; interação entre os empresários e os trabalhadores, o trabalho sendo pago. não só através de salários, mas também através de participação nos lucros; e um dividendo social ou uma renda básica para garantir que cada um tivesse o direito de receber o necessário para a sua sobrevivência, se por qualquer razão, decorrente da flexibilidade de salários e eventuais resultados negativos das empresas, a remuneração de alguns ficar muito reduzida. No último capítulo da *Agathotopia* ele cita:

A história sugere que forçar mudanças imediatas nessa escala contra uma oposição intransigente inevitavelmente leva a resultados desastrosos imprevistos. Situações de mudança traumática podem surgir por outros motivos ...Isso significa que a transição para os arranjos da *Agathotopia* levará um bom tempo ...Um Dividendo Social poderia ser financiado a partir da eliminação de benefícios pessoais

existentes sob as alíquotas de imposto de renda suplementados a um determinado estágio com um elemento de arrecadação especial na primeira fatia da renda. Se a jornada for conduzida cuidadosamente, é possível alcançar as condições da *Agathotopia* sem muitas dificuldades no caminho.

O Senado Federal, tendo em vista o parágrafo 2º, do artigo 1º do projeto que afirma que a Renda Básica de Cidadania seria instituída gradualmente, aprovou unanimemente a proposição em dezembro de 2002, o que também fez a Câmara dos Deputados, em Dezembro de 2003, sem muita resistência. Quando a matéria foi encaminhada para a sanção ou veto do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva, o Ministro da Fazenda, Antonio Palocci disse-lhe: (...) *Como é para ser instituída gradualmente, a critério do Poder Executivo, ela é viável e pode ser sancionada*. E assim o projeto foi convertido na Lei 10.835, no dia 8 de janeiro de 2004.

O Brasil é o primeiro país, no mundo, a ter um marco legal que institui a Renda Básica de Cidadania – RBC, passo a passo, a critério do Poder Executivo, priorizando-se os mais necessitados, até que um dia todos os brasileiros recebam esse benefício. O Programa Bolsa Família pode ser visto como um passo importante em direção à RBC

Concordo com as afirmações do Professor Philippe Van Parijs, da Universidade Católica de Louvain e da Universidade de Harvard, que os grandes avanços da humanidade no Século XIX e no Século XX foram, respectivamente, a abolição da escravidão e a adoção do sufrágio universal; e que, no Século XXI, será a RBC.

A fim de garantir que as pessoas tenham uma boa educação e elevem a sua qualidade de vida, preservem e melhorem o ambiente em que vivemos, elevem o sentimento de solidariedade e de justiça, diminuam os assaltos, os roubos, assassinatos e a criminalidade violenta, erradiquem a pobreza absoluta e possam prover real liberdade e dignidade para todos, será fundamental a instituição da RBC, ou seja, o direito de cada pessoa – não importa a sua origem, raça, sexo, idade, condição civil ou socioeconômica – receber uma renda, na medida do possível suficiente para atender às suas necessidades vitais como um direito de participar da riqueza da nação.

Por essa razão, fico feliz que a Editora L&PM decidiu publicar a 3ª. edição do livro *Renda Básica de Cidadania. A Saída é pela Porta* e que a Corporación Andina de Fomento, CAF, por sugestão de seu Presidente Enrique García Rodríguez, e de sua diretora no Brasil, Moira Paz Estensoro, em colaboração com o Senado Federal, publicaram uma edição em espanhol. Causou-me também grande alegria a decisão da Cortez Editora e Editora Perseu Abramo de me pedirem para escrever o prefácio da V edição do meu livro mais completo, publicado em 2002: *Renda de Cidadania. A Saída é pela Porta*.

Sendo assim, constato que cresceu o interesse dos acadêmicos, dos parlamentares e dos gestores governamentais na proposta da RBC. Evidência disso está no grande número de trabalhos e contribuições de professores, autoridades governamentais, membros de parlamentos e pesquisadores de países dos cinco continentes, apresentados nos Congressos da BIEN – *Basic Income Earth Network*.

Em julho de 2008, toda família no Brasil com uma renda *per capita* inferior a R\$ 120,00 por mês tem o direito de receber um complemento de renda igual a R\$ 20,00, R\$ 40,00 ou R\$ 60,00 por mês, dependendo se a família tiver, respectivamente, uma, duas, três ou mais crianças até 16 anos de idade; R\$ 62,00 por mês, se a renda *per capita* mensal da família for inferior a R\$ 60,00, e mais R\$ 30,00 por mês por adolescente de 16 ou 17 anos de idade, até o máximo de dois. Portanto, o benefício do Programa Bolsa Família pode variar de um mínimo de R\$ 20,00 até R\$ 182,00 por mês. O benefício médio por família é de R\$ 85,00. Estes valores passaram a ser vigentes a partir de julho, após um ajuste de 8% nos valores vigentes até junho.

A família, para fazer jus ao benefício, precisa comprovar que suas crianças até seis anos de idade estejam recebendo as vacinas de acordo com o calendário do Ministério da Saúde; que suas crianças de 7 a 15 anos e 11 meses, assim como seus adolescentes de 16 e 17 anos, estejam freqüentando pelo menos 85% das aulas na escola; que as mães, quando gestantes, estejam fazendo o acompanhamento pré-natal. Além disso, os pais são encorajados a seguir cursos de alfabetização ou de formação profissional.

Atualmente, cerca de 11,1 milhões de famílias são beneficiadas pelo Programa Bolsa Família. Se considerarmos uma média de quatro pessoas por família, isso significa que aproximadamente 44,4 milhões de pessoas estão inscritas no programa, o que corresponde a quase um quarto dos 187 milhões de habitantes do Brasil. Desde que instituído o programa, em 2003, houve uma evolução rápida. O número de inscritos em dezembro de 2003 era de 3,5 milhões de famílias; em dezembro de 2004: 6,5 milhões; em dezembro de 2005: 8,5 milhões; e, 11,1 milhões em Dezembro de 2006 – um número que permaneceu aproximadamente igual hoje e que corresponde a cerca de 85% das 13 milhões de famílias com renda *per capita* abaixo do limite de R\$ 120,00 mensais.

Em 31 de maio, tive um encontro com cerca de 100 famílias numa das mais populosas e mais pobres regiões da cidade de São Paulo: no Jardim São Paulo, parte de Guaianases, na zona leste desta cidade de 11.300.000 de habitantes, a maior do Brasil. O objetivo do encontro era para explicar os direitos deles sobre os programas de transferência de renda existentes em São Paulo e no Brasil, além da perspectiva da Renda Básica de Cidadania. Primeiro, observei que nenhum dos pais presentes, a maioria mães acompanhadas de seus filhos, soube explicar a definição do Programa Bolsa Família, ou o Programa de Renda Mínima Municipal, que é muito mais generoso, ou a Renda Cidadã do Estado de São Paulo.

De fato, o município tem sete diferentes programas de transferência de renda; o que torna difícil para as pessoas entenderem os seus detalhes. Algumas mães, cerca de 15, eram cadastradas em determinados programas. A maioria delas tem uma renda familiar *per capita* abaixo do limite de R\$ 175,00 por mês, estabelecida pelo Programa de Renda Mínima Municipal.

Entretanto, há que se ressaltar que as famílias tiveram problemas no cadastramento para ter direito ao benefício. Nos anos recentes, o órgão municipal gestor desses programas, informou que elas deveriam esperar pela visita do assistente social às suas casas para verificar se estão enquadradas nas exigências legais. Diante desses fatos, resolvi convidar o Secretário Municipal de Programas

Sociais para explicar melhor àquelas famílias. Na segunda parte do encontro expliquei como funcionaria uma Renda Básica de Cidadania incondicional. Naquele momento, os presentes entenderam bem a proposta e também constataram que a RBC beneficiaria melhor a todos.

Se na região mais desenvolvida do Brasil, especialmente no município de São Paulo, há problemas para famílias pobres entenderem exatamente quem teria o direito a tais programas e também para se cadastrarem, pode-se imaginar que nas regiões menos desenvolvidas, a situação deve ser ainda mais difícil.

O ministro Patrus Ananias informou que o MDS celebrou um convênio com as Forças Armadas, em especial o Exército, para identificar aproximadamente três milhões de brasileiros que possivelmente não possuem registros e que se encontram na pobreza absoluta e, por conseguinte, não recebem o benefício do Bolsa-Família,.

Em 2007, o Governo Brasileiro destinou R\$ 7,5 bilhões para o Programa Bolsa Família. Para 2008, com os ajustes nos valores dos benefícios, o Orçamento do Governo Federal estima gastos de cerca de R\$ 11 bilhões com o programa, isto é, 0,4% do PIB. Há um consenso entre os analistas de que o Programa Bolsa Família, junto com outras iniciativas, contribuiu significativamente para diminuir o Coeficiente Gini de Desigualdade do Brasil de 0,5940, em 2001; 0,5886, em 2002; e para 0,5620, em 2006. A proporção das pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza absoluta diminuiu de 26,72%, em 2002, para 19,31%, em 2006.

O progresso alcançado é detalhadamente analisado, por exemplo, no estudo do Centro de Políticas Sociais – CPS do Instituto Brasileiro de Economia, da Fundação Getúlio Vargas, coordenado por Marcelo Cortes Neri, *Miséria, Desigualdade e Políticas de Rendas: O Real do Lula* (setembro/2007); assim como no livro do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), *Desigualdade de Renda no Brasil: uma Análise da Queda Recente* (2007), no qual os pesquisadores Samir Cury, Ricardo Paes de Barros, Miguel Nathan Foguel, Gabriel Ulyseu, entre outros, ressaltam que os programas de transferência de renda, como o Bolsa Família, resultaram na redução significativa da desigualdade sócio-econômica no Brasil.

Nas últimas duas décadas visitei quase todos os estados brasileiros e diversos países, tais como: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Finlândia, Dinamarca, Noruega, Suécia, Itália, Peru, Venezuela, Panamá, República Dominicana, Haiti, México, Estados Unidos, França, Inglaterra, Espanha, Alemanha, Bélgica, China, Bangladesh, Coreia do Sul, Moçambique, África do Sul, Sri Lanka e Iraque, Timor Leste e Irlanda, para expor as razões pelas quais a RBC se constituirá num caminho eficiente de diminuição da fome e da erradicação da pobreza.

Em quase todas as platéias, nos diálogos com os mais diversos segmentos, as pessoas em geral acolhem a idéia da RBC como uma proposta positiva e viável

Por que RBC é uma proposta muito boa?

Primeiro, ela é a contrapartida da percepção comum de que todos os cidadãos deveriam ter o direito de participar da riqueza da nação. Há muitas formas para chegar a essa conclusão. Thomas Paine explicou muito bem no “Justiça Agrária”, em 1795. Vamos pensar num exemplo mais simples. Pessoas do mundo inteiro visitam Rio de Janeiro para conhecer uma das cidades mais bonitas do mundo. Fica claro que todos os seus habitantes, e por que não todos os brasileiros, deveriam receber uma parte da riqueza gerada pelo intenso movimento turístico que ocorre naquela cidade, como também em outros locais de interesse no Brasil, começando pela floresta amazônica. É também justo e de bom senso que todos os brasileiros tenham direito ao benefício gerado pelos royalties que resultaram da exploração dos recursos naturais da nossa nação.

Segundo, é uma forma para acabar com a burocracia requerida pelos programas de verificação que exigem condicionalidades..

Terceiro, elimina também o fenômeno de dependência que ocorre quando se tem programas que estabelecem: se você não ganhar aquele montante, você poderá receber um complemento de renda. Depois, se a pessoa receber uma oferta de trabalho que paga um salário equivalente e ele/ela perceber que perderia o que o programa estava pagando, ele/ela poderia recusar o emprego e entraria na armadilha de pobreza ou de desemprego. Se todos recebessem RBC, qualquer atividade produtiva significaria progresso, e haveria incentivo para aceitar o emprego.

Quarto, e mais importante, à partir do ponto de vista da dignidade e da verdadeira liberdade para todos, não há dúvida que a RBC daria a cada pessoa a possibilidade de dizer não a qualquer e eventual atividade que possa ser humilhante ou que possa colocar a sua vida em risco. A pessoa pode recusar e esperar por outra oportunidade de emprego que melhor se adéqua a sua vocação.

Indaga-se: conceder a RBC inclusive para aqueles que não gostam de trabalhar não estimularia a ociosidade? O que aconteceria com aqueles que têm uma forte tendência para ter uma vida ociosa e/ou sem trabalho? De fato, sabemos que as pessoas gostam de fazer muitas coisas, e que devemos fazer atividades que não são remuneradas. Por exemplo, mães que amamentam os seus bebês, os pais que cuidam dos seus filhos, alimentando-os, educando-os e etc. assim como há muitas atividades que fazemos de forma voluntária em nossas comunidades, igrejas, associações estudantis, ONGs, etc. Quando Vincent Van Gogh e Amadeus Modigliani pintaram as suas obras, eles tentaram vendê-las por um bom preço, mas não conseguiram. Ambos ficaram doentes e morreram relativamente novos e hoje as suas obras são vendidas por milhões de dólares.

A Constituição e as leis da maioria dos países, incluindo do Brasil, reconhecem o direito à propriedade privada. Isso significa que uma pessoa que é dona de terras, fábricas, bancos, restaurantes, hotéis, lojas, imóveis ou títulos mobiliários podem receber lucros, aluguéis e juros como um retorno ao seu capital. Por acaso, a Constituição ou as leis das nações estabelece que essa pessoa deve necessariamente trabalhar ou demonstrar que os seus filhos estão freqüentando as escolas para receber uma renda proveniente do capital? Não. Portanto, se

concordarmos que os ricos podem receber os rendimentos do seu capital, por que não concordarmos também que todos, ricos ou pobres, deveriam ter o direito de receber a Renda Básica de Cidadania? Uma quantia modesta para começar, mas que com o tempo seria suficiente para atender as necessidades básicas de cada um.

É claro que isto terá um custo significativo. Mas, se compreendermos todas as vantagens da RBC para a sociedade e como proporciona maior solidariedade e justiça social para todos, com efeitos benéficos na redução de crimes violentos e outros problemas; acredito que a maioria da população concordaria em criar mecanismos, nos mais diferentes formatos, de financiamento para torná-la viável.

De fato, é natural as pessoas perguntem por que nós, que temos condições de participar de um Congresso da BIEN, vamos receber uma renda básica, se não precisamos dela para nossa sobrevivência.? Por que o estado deveria gastar um volume significativo de recursos para pagar a todos os cidadãos esse benefício? Bem, a resposta é simples, aqueles que detêm mais recursos econômicos, estariam pagando mais para que todos possam receber o benefício.

Nós, das nações em desenvolvimento, deveríamos conhecer os programas de transferência de renda, hoje, existentes nas nações desenvolvidas; e que tornam essas economias competitivas. Por exemplo, o *Earned Income Tax Transfer* – EITC, dos EUA, paga aos trabalhadores que recebem US\$ 10.000,00 por ano, e com uma esposa e dois ou mais filhos, um complemento de renda de US\$ 4.000,00. No Reino Unido, o *The Family Tax Credit* paga 50% a mais para o trabalhador que recebe £ 800,00, ele passa a ganhar £ 1,200.00 por mês. É a sociedade que contribui para que o trabalhador mais feliz e produtivo, gerando uma vantagem competitiva para a sua empresa em relação às empresas do/no Brasil e nas outras nações. Acredito que a RBC produzirá efeitos similares, com todas as vantagens acima.

Também apresentei esses argumentos em Bagdá, no Iraque, quando em janeiro de 2008 visitei o Presidente do Conselho de Representantes, Mahmoud Dawud al-Mashhadani, o ex-Primeiro Ministro e líder da principal coligação do governo no Parlamento, Ibrahim Al-Jaafari, o Ministro do Planejamento, Ali Ghalib Baban, o Presidente do Conselho Consultivo do Primeiro Ministro, Thamir A. Ghadhban, e outros ministros, assim como inúmeros parlamentares, com a finalidade de expor que a Renda Básica de Cidadania será um instrumento eficaz para promover a democratização e a pacificação daquela nação. O relato dessa viagem está no texto *Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o Iraque* e no vídeo que estão disponíveis em meu sitio eletrônico: www.senado.gov.br/eduardosuplicy.

No ultimo dia 29 de Janeiro, tive a oportunidade de explicar ao Presidente José Ramos Horta do Timor Leste, Prêmio Nobel da Paz de 1996, na sua visita ao Brasil, que a Renda Básica de Cidadania poderá trazer justiça social ao seu país. Depois de contar-lhe sobre minhas viagens ao Iraque e ao Alasca, ele convidou-me

a explicar a proposição às autoridades do Timor. O que fiz nos dias 16 a 18 de junho.

Em Díli, capital do Timor, expliquei aos membros do gabinete do Primeiro Ministro Xanana Gusmão, ao Parlamento Nacional e aos professores e estudantes da Universidade como podem, mesmo sendo um país jovem e pobre, mas já com renda nacional mensal de US\$ 100 milhões, começar a pensar na formação de um fundo econômico para custear o pagamento de uma renda básica a todos os timorenses (1,1 milhão de pessoas). O relato de minha viagem está no texto *O Despertar de uma Nação, o Timor Leste*.

Mesmo após sancionado o projeto de lei que institui gradualmente a RBC no Brasil, há ainda muitas pessoas que não estão convencidas de que ela se constitui na melhor maneira de erradicação da pobreza e da promoção da liberdade real a todos. Exemplo disso é o estudo da FGV, coordenado pelo Professor Marcelo Cortes Neri, citado acima, que defende a melhoria da qualidade do Programa Bolsa Família, “criando portas de saída do programa seja pela emancipação da pobreza, seja por melhorias do cadastro, trocando beneficiários pouco pobres, ou não pobres, por beneficiários mais pobres, excluídos do programa”. O trabalho justifica que “o Bolsa Família foca as transferências em famílias com crianças e adolescentes condicionados à frequência escolar no ensino fundamental, à vacinação e aos exames pré-natal (...) pelo nível mais alto das carências observadas, como pelo alto retorno de ações educativas encontradas”, onde “a contrapartida de frequência escolar da Bolsa Família representa, em tese, um subsídio direto à educação tanto quanto os programas de merenda escolar e livros didáticos o são.”

Cabe ressaltar que os objetivos de aperfeiçoamento do Programa Bolsa Família, inclusive em todos os aspectos relacionados à saúde e à educação são consistentes com a perspectiva de um dia termos implantado a RBC no País. Quando ela existir, as pessoas naturalmente terão a consciência da importância da exigência da boa educação e dos cuidados com a saúde.

Marcelo C. Neri explicita naquele estudo: “uma alternativa que deve ser evitada é a da universalização das transferências de rendas segundo a qual cada brasileiro, inclusive os ricos, terá direito a uma renda mínima.” Ele se assusta com o alto volume de recursos que serão necessários para financiar a RBC. Sua opinião merece respeito, pois é um dos maiores estudiosos do tema da erradicação da miséria e da desigualdade no Brasil.

O Premio Nobel em Economia de 2006, Edmund Phelps, no último dia 26 de maio proferiu uma palestra no Rio de Janeiro, onde elogiou os resultados positivos do Programa Bolsa Família. Assim como Marcelo Neri, enfatizou que não recomendava o pagamento de um capital básico ou renda básica incondicional para todos os habitantes. Phelps afirmava:

As noções bem aceitas de justiça econômica implicam que a inclusão econômica é também necessária para uma boa economia. Quando, no início dos anos noventa, comecei a recomendar medidas econômicas

governamentais para aumentar a inclusão, o meu argumento partiu do ponto de vista do Adam Smith que demonstrava que seria eficiente tentar aumentar a renda pessoal através do esforço próprio junto com a sua contribuição do que simplesmente dar dinheiro incondicionalmente, o que provavelmente diminuiria a sua motivação para auferir uma renda adicional.

Em que pese tais considerações, convidei-os a examinar os argumentos a favor da universalidade da Renda Básica de Cidadania e os efeitos da experiência pioneira do Alasca.

Em 1976, a população do Alasca foi consultada a respeito da criação de um fundo que a todos pertenceria, cujos recursos seriam gerados pela exploração do petróleo naquele estado. A maioria votou favoravelmente ao projeto na proporção de dois votos para um. O Professor Scott Goldsmith, da Universidade do Alasca, em Anchorage, afirmou que é suicídio político para qualquer liderança daquele estado americano propor o fim do sistema de dividendos proporcionado pelo Fundo Permanente do Alasca, que levou esse estado a ser o mais igualitário dos 50 estados norte-americanos. No seu trabalho de 2002 para o IX Congresso da BIEN, demonstrou que durante o período de 1989-1999, nos EUA, enquanto que a renda anual média dos 20% das famílias mais ricas nos cresceu 26%, e que dos 20% das famílias mais pobres cresceu 12%; no Alasca os respectivos resultados eram de 7% e 28%.

No dia seguinte da palestra do Edmond Phelps no Brasil, conversei com ele pelo telefone por 12 minutos e mencionei aqueles resultados. Ele ainda não se convenceu. Nesses mesmos dias, escrevi ao Professor Scott Goldsmith para sanar dúvidas que tive em relação à evolução da economia do Alasca. O Prof. Goldsmith não tem dúvidas em relação à aceitação do sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca. No entanto, na sua análise acerca da evolução daquela economia, não foi conclusivo. O nosso diálogo está no anexo a esse texto.

Neste ano de 2008, em que haverá eleições municipais no Brasil, será uma ótima oportunidade para que os candidatos a prefeito e a vereador considerem seriamente a hipótese de colocarem como meta, em parceria com o Governo Federal por meio do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, bem como com os Governadores de Estado, a transição gradual do Programa Bolsa Família para a RBC. Estou incentivando os candidatos a prefeito, não só do Partido dos Trabalhadores ao qual sou filiado, mas também de todos os partidos, para tornarem os seus municípios exemplos pioneiros da RBC, lembrando que os primeiros programas de garantia de renda mínima foram implantados nos municípios.

Também neste ano, o Congresso Nacional examinará uma nova proposta de reforma tributária e eventuais reformas, trabalhista e previdenciária; será oportuno, então, que avaliemos os meios para viabilizarmos a referida transição. Uma oportunidade será quando do exame do Projeto de Lei que cria o Fundo Brasil de Cidadania, já aprovado pelo Senado e em tramitação na Câmara dos Deputados, que tem como base uma parte da riqueza comum dos recursos naturais e de outras fontes cria uma maneira de financiar a RBC.

É alvissareiro saber que em Otjivero, Omitaro, uma vila a 100 km à leste da Capital da Namíbia, Windhoek, à partir de janeiro de 2008, iniciou-se uma experiência pioneira do pagamento aos aproximadamente 1.000 habitantes, de uma Renda Básica de Cidadania de US\$ 100 da Namíbia, correspondentes a aproximadamente US\$ 12,50 mensais. A experiência durará pelo menos dois anos. A cada seis meses haverá uma cuidadosa avaliação de seus efeitos na comunidade. A iniciativa é de responsabilidade da Coalizão da Namíbia pela Renda Básica, instituída por inúmeras organizações religiosas, sindicais e civis, as quais levantaram um fundo especial para esta experiência.

No Brasil, o Recivitas, Instituto pela Revitalização da Cidadania, propôs os primeiros passos para a criação do Fundo Permanente de Cidadania na vila de Paranapiacaba, município de Santo André. Trata-se de uma vila tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional, que fica na Serra do Mar, onde moram cerca de 1.400 pessoas. O objetivo é criar naquela vila uma Renda Básica para todos os seus habitantes. Conforme pude testemunhar em reunião realizada com mais de 450 moradores de Paranapiacaba, em abril de 2008, no Clube União Lira Serrano, há consenso entre todos sobre o quão positiva será a experiência se conseguirem implementá-la. No dia 11 de julho, o Recivitas organizou um encontro no Hotel Meliá em São Paulo com os diretores das empresas localizadas ao redor de Paranapiacaba, convidando-os a dar uma doação periódica para o Fundo Permanente de Paranapiacaba que financiará a Renda Básica de Cidadania.

Quando visitei em Pequim, em janeiro de 2007, o Professor Tian Xiaobao, Presidente da Academia de Seguridade Social e Trabalho, tive acesso a diversas informações a respeito dos programas hoje vigentes na República Popular da China. Dentre outros, se uma família de três pessoas – pai, mãe e criança – não alcança uma renda de pelo menos 390 *yuans* por mês *per capita*, cerca de US\$ 50, portanto US\$ 150 mensais para três pessoas, ela passa a ter o direito de receber o que falta para completar aquele patamar. Lá expliquei os programas existentes no Brasil, como o Bolsa Família, e a perspectiva, aprovada em lei, de gradualmente introduzirmos a RBC para todos. Depois de explicar ao Professor Tao, considerado o maior economista chinês na área do trabalho, todas as vantagens da RBC, perguntei-lhe se achava possível instituir esse direito para os mais de 1,32 bilhão de chineses.

Respondeu-me que considera a RBC uma proposta racional, de bom senso, coerente com os objetivos de uma sociedade harmoniosa, conforme defendia o mestre Confúcio (551-479 a.C.). Também era concernente com os objetivos presentes do governo chinês. Mas é preciso, disse ele, um período de preparação durante os próximos planos quinquenais. Assim a RBC será possível e desejável em 2020. Pensei animado, para uma sociedade de 5000 anos, 2020 é depois de amanhã.

Em abril de 2007, quando o Presidente Horst Köeller, da República Federal da Alemanha, visitou o Senado brasileiro, ele me apresentou ao Professor Götz W. Werner, de sua delegação, que acabara de publicar o livro *Einkommen für Alle (Uma Renda Para Todos)* Kiepenheuer & Witsch (2007), o qual se tornou um Best-seller no seu país.

O Professor Werner, empresário, proprietário da principal cadeia de *drug stores*, DM Drogerie Markt, da Alemanha, com 900 lojas no país e mais 300 nos países vizinhos, o Professor Werner abraçou entusiasticamente a Renda Básica Incondicional. Naquela oportunidade, convidou-me para participar nos dias 4 e 5 de junho de 2007, juntamente com o Prêmio Nobel da Paz e criador do Grameen Bank, Muhammad Yunus, de duas grandes conferências em Berlim, por ocasião do Prêmio Visão, e na Universidade de Karlsruhe, onde falamos para mais de mil pessoas sobre “O Microcrédito e a Renda Básica como formas de Erradicar a Pobreza e Promover o Empreendedorismo”. Tanto ali, como pouco depois em Bangladesh, e em novembro de 2007, dialoguei com o Professor Yunus sobre como esses dois instrumentos poderão ser harmonizados para o propósito de se erradicar a pobreza e promover o desenvolvimento com maior justiça.

O Presidente Luiz Inácio Lula da Silva visitou Berlim, ao voltar de uma viagem à Índia, justamente no dia daquela conferência, em junho de 2007 e, na ocasião, pediu-me o Professor Götz W. Werner que entregasse ao Presidente Lula um exemplar de seu livro e que lhe transmitisse um convite para vir à Alemanha logo que o Brasil instituisse a RBC. Na Embaixada do Brasil, naquela noite, perante o Ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, dei-lhe o livro e transmiti o convite ao Presidente, o qual me disse:

“Eduardo, vamos ter três anos de bom crescimento econômico, e daí vamos fazê-lo.”

Vou me empenhar ao máximo para ajudar o Presidente Lula neste propósito.

Diálogo com o Professor Scott Goldsmith

De: Sen. Eduardo Suplicy

Enviado em: terça-feira, 3 de junho de 2008 15:21

Para: Scott Goldsmith

Assunto: O desempenho do Alasca como um exemplo para outros lugares do mundo aplicarem a Renda Básica de Cidadania

Caro Professor Scott Goldsmith:

Desde que você apresentou o seu trabalho sobre o sistema de dividendos do Fundo Permanente do Alasca, eu o tenho citado muitas vezes. Um exemplo é a minha recente exposição em Bagdá quando recomendei às autoridades iraquianas que eles deveriam seguir o exemplo do Alasca como uma forma para democratizar e pacificar a sua nação, como você pode observar no relatório anexo.

Na semana passada, conversei durante 12 minutos com o Professor Edmund Phelps, que apresentou um trabalho (segue anexo), num seminário importante no

Rio de Janeiro. Ele elogiou o programa brasileiro Bolsa Família, pelo fato de o mesmo estar vinculado às oportunidades educacionais, mas não recomendou a concessão de uma renda básica incondicional a todos. Em nosso diálogo, mencionei a evidência positiva do sistema de dividendos do Alasca que, como você demonstra no seu trabalho, tornou o Alasca o estado mais igualitário dos 50 estados norte-americanos, e que hoje é considerado um suicídio político para qualquer liderança daquele estado americano se colocar contra a sua existência.

Falei que visitei o Alasca em 1995 durante 7 dias. Conversei com muitas pessoas e a maioria falava a favor do sistema. Não vi ninguém dizendo que ele ou ela não estava trabalhando por causa do dividendo do FPA. Phelps disse que o montante do sistema de dividendos era relativamente modesto comparado com a renda média do Alasca. Mas ele não conhecia bem o Alasca.

Ele me lembrou do debate que teve com Philippe Van Parijs sobre a Renda Básica na edição de 2000 da Boston Review, reproduzido no trabalho "What's Wrong with a Free Lunch", do Philippe.

Seria interessante enviar ao Professor Edmund Phelps alguns fatos sobre o desenvolvimento do Alasca. Seria importante também para todos nós que vamos nos encontrar no XII Congresso Internacional da BIEN nos próximos dias 20 e 21 de junho em Dublin, Irlanda. Nos próximos dias 16 a 18 de junho estarei em Dili, a convite do Presidente José Ramos Horta para demonstrar que a Renda Básica de Cidadania também poderia ser uma boa solução para os 1,1 milhão de habitantes do Timor Leste.

Agradeceria muito se você puder comentar e enviar informações mais precisas sobre a evolução da economia do Alasca. Observando os dados publicados pelo Bureau of Economic Analysis [www.bea.gov] podemos ver que o Alasca é o sexto estado com PIB per capita real nos EUA, com US\$ 43,748 em 2006, superior à média de US\$ 37,714 dos EUA.

Se observarmos os valores do crescimento médio do PIB em milhões de dólares correntes de 1997 a 2006, podemos ver uma evolução de US\$ 8.237.994 to 13.149.033 para os EUA e de US\$ 25.028 para US\$ 41.105 para o Alasca, respectivamente, com o crescimento anual médio de 5,30% para os EUA e de 5,90% para o Alasca. Isto representa um resultado positivo.

Entretanto, de acordo com o BEA, se olharmos valores em milhões de dólares de 2000, o crescimento médio anual do Alasca foi de apenas 0,50% e dos EUA foi de 3,10% durante o período de 1997-2006. Para o PIB per capita real em dólares de 2000, o crescimento médio de 1997 a 2006 foi de -0,60% para o Alasca e de 2,00% para o EUA. Isto não é um bom resultado para o Alasca. Mas parece estranho que um resultado nominal melhor se reverte quando ele é calculado em termos reais, uma vez que o deflator é o mesmo. Gostaria de obter o seu comentário sobre isto.

Com relação ao desemprego, o Department of Labor and Workforce Development of the State of Alaska demonstra que em Abril de 2008 as taxas eram de respectivamente 6,7% e 5,0% para o Alasca e EUA; em Abril de 2007, 6,0% e

4,5%. Na sua opinião, até que ponto foi o impacto sistema de dividendos do FPA sobre estas taxas de desemprego?

Como você pode observar no meu trabalho, geralmente tenho argumentado que o sistema de dividendos do FPA é um bom exemplo para aquelas nações como o Brasil e algumas outras que gostariam de combinar crescimento econômico com igualdade.

Cordialmente,

Senador Eduardo Matarazzo Suplicy

De: Scott Goldsmith

Enviada em: segunda-feira, 9 de junho de 2008 21:40

Para: Sen. Eduardo Suplicy

Assunto: RE: O desempenho do Alasca como um exemplo para outros lugares do mundo aplicarem a Renda Básica de Cidadania

Caro Senador Suplicy,

Obrigado pela sua recente correspondência e questionamento sobre os efeitos do FPA sobre a economia do Alasca e sobre a população. O ano passado registrou o vigésimo quinto ano da existência do dividendo e que todos os cidadãos do Alasca tem recebido o pagamento. Durante todo esse tempo muita coisa mudou na economia do Alasca e algumas vezes é difícil identificar quais daquelas mudanças podem ser relacionadas ao dividendo e quais a outros fatores. Ademais, os efeitos econômicos do dividendo ainda não foram estudados com muita profundidade, principalmente porque a população do Alasca suspeita de qualquer estudo, achando que os estudos podem ser motivados pelo desejo de revisão, alteração ou eliminação do programa de dividendos. Em que pese esses desafios, acredito que existem alguns fatos que podemos comentar definitivamente sobre o programa. Tenha em mente que o dividendo é relativamente modesto em relação a renda total de uma família de classe média, mas certamente não é insignificante. Ademais, ele está crescendo a uma taxa acelerada porque a formula para o cálculo do pagamento tem como base no retorno médio do Fundo no período de 5 anos anteriores e esse retorno no ano passado registrou um recorde – acho que foi de 17%.

Como cada pessoa ganha a mesma quantia, claramente isto achata a distribuição de renda, alargando a base da distribuição. De fato ele cria um piso abaixo do qual ninguém fica. No entanto nem todo nivelamento da distribuição nos anos recentes pode ser atribuído ao dividendo, devido aos novos empregos acrescentados à economia, favorecendo relativamente os empregos de baixa remuneração no varejo e nos serviços. Este nível abaixo do salário marginal médio tem reduzido a participação de famílias com rendas muito altas.

O dividendo não tem tido um efeito significativo sobre o mercado de trabalho. Por razões estruturais a taxa de desemprego do Alasca tem sido sempre mais alta do que a média dos EUA. Não há evidência, apesar da existência de poucos dados reais, que a taxa de participação da força de trabalho tem declinado por causa do dividendo. No entanto, isto pode ser questionado, uma vez que um trabalhador que recebeu os 25 anos de dividendos podia optar para se aposentar 6 meses ou 1 ano antes por causa do dividendo.

Uma das características interessantes do FPA é que ele é distribuído numa economia com fronteiras abertas para o resto dos EUA (após essencialmente 1 ano de “período de carência”). A teoria econômica sugeriria que o dividendo atrairia a população para o estado, rebaixando os salários e aumentando os custos de moradia. O resultado então seria a perda dos benefícios do programa pelos recipientes alvos que receberam o dividendo, mas que pagam sob a forma de salários mais baixos e custos de moradia mais altos.

Ainda não há evidências de que o nível de salários é menor e que os custos de moradia são mais altos por causa do dividendo. No entanto, como o tamanho do dividendo cresce em relação à renda total da família, espera-se que esses efeitos comecem a aparecer. Há alguma evidência de que o dividendo tem servido como “magneto da população”, particularmente para alguns grupos que não estejam ligados ao mercado de trabalho – como, por exemplo, os aposentados. Entretanto, no Alasca nunca houve tributação sobre a renda, nem sobre as vendas, e essas isenções são também consideradas “magneto da população” para esses grupos e outros. É claro que este tipo de ajuste não é um problema se o dividendo é distribuído para todas as pessoas em todo o país.

Os economistas questionam se o dividendo é tratado pelas famílias como uma renda extra ou se faz parte da renda permanente. Diria que após 25 anos ele é considerado como parte da renda permanente, e um estudo publicado pela *American Economic Review* chegou a essa conclusão. Na minha opinião, apesar de ser o caso para algumas famílias, particularmente para famílias com rendas mais altas, para as quais o dividendo é um pequeno adicional, a maioria não o descreve adequadamente por uma série de razões.

Primeiro, para as famílias de baixa renda, as restrições de liquidez muitas vezes as impedem de comprar bens duráveis. Quando uma família de baixa renda de 4 membros recebem dividendos 4 x \$2000, a sua liquidez instantaneamente salta e eles podem comprar uma máquina de neve, barco a motor, etc. que normalmente estaria fora do seu alcance. Segundo, acredito que existem efeitos de “enquadramento” associados à distribuição dos dividendos, que influenciam as pessoas quanto o que fazer com o dinheiro. Esses efeitos de enquadramento são sob a forma de anúncios particulares e “ofertas especiais”, anunciados pelos comerciantes, que aparecem justamente na época da distribuição dos dividendos, obviamente para atrair os dólares dos consumidores. Combinado com o fato de o dividendo aparecer logo no início do período de compras de Natal, o resultado é que muitas pessoas consideram o dividendo como um tipo de “bônus de Natal”. Esses fatores não invalidam necessariamente a hipótese de renda permanente que constata que a maior parte do dinheiro será gasto, mas influencia em que ele será

gasto. Por exemplo, se o dividendo fosse distribuído igualmente ao longo dos 12 meses, acredito que ele seria gasto de forma bem diferente.

O governo estadual desempenha um papel muito passivo para “enquadrar” a distribuição. Aparentemente a posição assumida considera que o FPA e conseqüentemente o dividendo pertence aos cidadãos e portanto o governo não exerce nenhum papel para incentivar qualquer tipo de comportamento particular em relação ao dividendo. Especificamente, não há esforço em educar os beneficiários para as oportunidades de investimento ou aquisição de ativos que o dividendo permite. Como a fronteira é aberta para outros estados, uma certa parcela dos dividendos deixa o país a cada ano, a medida em que as pessoas migram para outros locais (uma pequena parcela). Ademais, não há tentativas para barrar os anúncios particulares e de ofertas especiais que levam os beneficiários a gastar ao invés de poupar ou investir. Os críticos argumentam que os dividendos são gastos principalmente em consumo corrente e que uma parcela maior deveria ser investido dentro do estado. É por essa razão que o ex-governador Hickel, por exemplo, defendeu um “dividendo comunitário”. Esse tem as características atrativas que requerem a decisão comunitária, e a probabilidade de que o dividendo seria gasto em algo com benefícios de longo prazo ao invés de consumo pessoal.

Sobre a questão se o dividendo ajudou a fortalecer a economia, acredito que a resposta é de que ele ajudou a expandir o tamanho da economia, mas não há evidência de que a tenha fortalecido. Antes de mais nada, você não deveria usar os dados do PIB para medir a saúde da economia. Os dados do PIB do Alasca são dominados pela produção do petróleo e as flutuações anuais tendem a ser influenciados pelas alterações nos preços do petróleo. E apesar de o PIB per capita do Alasca ser mais alto do que a média dos EUA, ele tem crescido mais lentamente do que em outros estados, principalmente porque a produção de petróleo tem declinado. Depois de mais de uma geração, a economia do Alasca é ainda altamente dependente do petróleo. Os investimentos para alargar a base econômica ainda não geraram frutos. Não é por culpa do dividendo, mas por outro lado, o dividendo não estimulou o desenvolvimento. Ele estimulou o crescimento econômico.

Em outras condições econômicas, um dividendo provavelmente desempenharia um papel melhor se estimulasse o desenvolvimento econômico. Parte do problema do Alasca é que estruturalmente limitamos o conjunto de oportunidades para o desenvolvimento econômico devido à nossa dependência aos recursos naturais (as colheitas são limitadas se tivermos que seguir uma estratégia de desenvolvimento sustentado), distancia dos mercados, altos custos para fazer negócios, etc.

Espero tê-lo ajudado a entender um pouco melhor os dados sobre o Alasca.

Scott Goldsmith

Professor em Economia

Institute of Social and Economic Research

Bibliografia

- BARROS, Ricardo Paes de, CURY, Samir, ULYSSEA, Gabriel (2007) "A Desigualdade de renda no Brasil encontra-se subestimada? Uma análise comparativa usando PNAD, POF e Contas Nacionais." In: BARROS, Ricardo Paes de. FOGUEL, Miguel, NATHAN. ULYSSEA, Gabriel. (Org.) (2007) *Desigualdade de Renda no Brasil: uma Análise da Queda Recente*. Brasília: IPEA.
- FONSECA, Ana M.M. e VIANA, Ana Luiza L.A. (2006) "Tensões e avanços na descentralização das políticas sociais: o caso do Bolsa-Família". In: FLEURY, Sonia (Org.).(2006) *Democracia, descentralização e desenvolvimento: Brasil & Espanha*. Rio de Janeiro: FGV.
- FONSECA, Ana M.M. e ROQUETE, Cláudio. (2005) "Proteção Social e programas de transferência de renda: o Bolsa-Família". In: VIANA, Ana L.A.; ELIAS, Paulo E.M.; IBÁÑES, Nelson. (Orgs.) (2005) *Proteção Social. Dilemas e desafios*. São Paulo: Hucitec.
- GOLDSMITH, Scott (2002) *The Alaska Permanent Fund Dividend: An Experiment in Wealth Distribution*. 9th International Congress of Bien. Geneva, September 12th-14th
- KEYNES J.M, (1930) "Economic Possibilities for our Grandchildren", vol. X, *Collected Writings of J.M.Keynes*, Macmillan, Cambridge University Press, 1971 - 1983.
- NERI, Marcelo (2007) *Miséria, desigualdade e políticas de Rendas: O Real do Lula*. Rio de Janeiro:CPS/FGV-RJ.
- MEADE, James Edward. (1935) "Outline of economic policy for a labour government". In: HOWSON, S. (Ed.) (1988) *The collected papers of James Meade*. Volume I: Employment and Inflation. London: Unwin Hyman.
- _____ (1989) *Agathotopia: the economics of partnership*. Aberdeen: Aberdeen University Press.
- _____ (1993) *Liberty, equality and efficiency. Apologia pro Agathotopia Mea*. London: Macmillan Press.
- _____ (1995) *Full employment regained? An agathotopian dream*. Cambridge: Cambridge University Press.
- OFFE, Claus (1992) "A Non-productivistic design for social policies". In.: VAN PARIJS, Philippe (1992) (Ed.) *Arguing for basic income: ethical foundations for a radical reform*. London: Verso. [Republicado como: OFFE, Claus (1995) "Um diseño no productivista para la políticas sociales". In.:VUOLO, Rubén Lo (1995) (Org.) *Contra la exclusión. la proppuesta del ingreso ciudadano*. Bueno Aires: CIEPP/Mino y Dávila.
- PAINE, Thomas (1796). "Agrarian Justice". In: FONER, P.F. (ed.) (1974). *The life and Major Writings of Thomas Paine*. Secaucus: NJ, Citatel Press.

- PHELPS, Edmund S. (2008) *Dynamism and Inclusion: What? Why? How?* Given at the Inauguration of the Phelps Chair, School of Law, University of Buenos Aires, May 20, 2008, and the 20th Anniversary Fórum Nacional, Instituto Nacional de Altos Estudos, Rio de Janeiro, May 26.
- SILVA, Maria Ozanira da Silva (2008) "The Bolsa família program and the reduction of poverty and inequality in Brazil". *XII International Congress of BIEN – Basic Income Earth Network*, Dublin, Ireland, June 20,21.
- SILVEIRA, Antonio Maria (2002) "A Renda Básica na Previsão de Keynes", Rio de Janeiro: *Econômica*, Junho.
- STANDING, Guy (ed.) (2004) *Promoting Income Security as a Right: Europe and North America*. London: Anthem Press, 2004, revised 2005.
- STANDING, Guy and SAMSON, Michael (eds.) (2003) *A Basic Income Grant for South Africa*. Cape Town: University of Cape Town Press.
- SUPLICY, Eduardo, (2002) *Renda de cidadania. A saída é pela porta*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo e Cortez, 4^a Edição 2006.
- _____ (2006) *A Resposta dada pelo Vento*, Porto Alegre: L&PM Editora.
- VAN PARIJS, Philippe (2001). *What's Wrong with a Free Lunch?* Foreword by Robert M. Solow. New Democracy Forum Series. Boston: Beacon Press.
- _____ (1995). *Real freedom for all: what (if anything) can justify capitalism?* Oxford: Oxford University Press.
- VAN DERBORGHT, Yannick e VAN PARIJS, Philippe. (2006) *Renda Básica de Cidadania. Argumentos Éticos e Econômicos*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- VUOLO, Rubén Lo (org.) (1995). *Contra la exclusión. la proppuesta del ingreso ciudadano*. Buenos Aires, CIEPP/Mino y Dávila.
- WERNER, Götz W. (2007) *Einkommen für Alle*. Colônia: Kiepenheuer & Witsch.
- ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. (2008) "The citizenship principle and the social programs in Brazil". *XII International Congress of BIEN – Basic Income Earth Network*, Dublin, Ireland, June 20,21.

2. Uma Renda Básica para Democratizar e Pacificar o Iraque

Eduardo Matarazzo Suplicy

Em março de 2007, quando Ibrahim Al-Jaafari, o ex-Primeiro Ministro do Iraque (23/02/05-20/05/2006) visitou o Brasil, tive a oportunidade de conversar com ele em Brasília e em São Paulo. Disse-lhe que em abril de 2003, logo antes do brasileiro Sergio Vieira de Mello ter sido nomeado representante das Nações Unidas no Iraque, lhe escrevi sugerindo que os iraquianos seguissem o exemplo do sistema de Dividendos do Fundo Permanente de Alasca, um exemplo pioneiro e bem sucedido da Renda Básica de Cidadania. Com as grandes reservas de petróleo do país, o Iraque poderia seguir esse caminho. Contei-lhe que Sergio Vieira de Mello, em 30 de abril de 2003, considerara positiva a proposta e que a encaminharia para as autoridades administrativas do Iraque.

Em 23 de junho daquele ano, na Cúpula de Reconciliação de Chefes de Estado de Amã, o Embaixador J. Paul Bremer III, responsável pela administração do Iraque após a queda de Saddam Hussein, disse que os iraquianos poderiam seguir o exemplo do Alasca, de tal forma que todos pudessem participar da riqueza da nação. Em 1º de agosto, Vieira de Mello me ligou de Bagdá, informando que a proposta foi considerada positiva. Infelizmente ele foi vítima, junto com mais 21 pessoas, do ataque ao escritório das Nações Unidas em Bagdá no dia 19 de agosto daquele ano.

Hoje Ibrahim Al-Jaafari é membro da Assembléia Nacional do Iraque e líder do Partido Islâmico Dawa, o principal partido da coalizão Aliança Unida Iraquiana que faz parte da base do governo. Ele é um xiita e anteriormente era um dos dois vice-presidentes do Iraque sob o Governo Interino do Iraque em 2004.

Relatei que o Congresso Nacional Brasileiro aprovou a Lei 10.835 que institui Renda Básica de Cidadania incondicional, sancionada pelo Presidente Luiz Inácio Lula da Silva no dia 8 de janeiro de 2004. A lei estabelece que o programa seja implantado, passo a passo, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais carentes, como acontece hoje com o Programa Bolsa Família, até o dia em que todos no Brasil terão aquele direito. Como proponente do projeto, e Co-Presidente da BIEN - Basic Income Earth Network, desde 2004, eu estava pronto a ir ao Iraque explicar ao governo e parlamento iraquianos como este instrumento poderia contribuir para a democratização e a pacificação da Nação. Outros economistas e pensadores políticos como Steve Clemons, Guy Standing, Steven Schafarmam e o ex-governador do Alasca, Jay Hammond, também apresentaram a mesma proposta.

Como resultado, no último mês de abril de 2007, recebi um convite oficial do Presidente da Assembléia Nacional de Iraque para visitar Bagdá. Considerei ir em abril e depois em julho. Mas o Ministro de Relações Exteriores, Celso Amorim e o Secretário Executivo, Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães fizeram um apelo para que eu postergasse a viagem, pois era muito arriscado. Se algo acontecesse a mim, o governo brasileiro teria um sério problema. Mesmo na chamada "Área Verde" de Bagdá, sob o controle das forças de segurança de elite, a situação não era

considerada segura. Como a confirmar essa afirmação, no mesmo dia da recomendação deles, o Secretário Geral das Nações Unidas, Ban Ki-moon, assustou-se com uma explosão que ocorreu a 50 metros do local onde estava, matando várias pessoas. Concordei então que eu deveria ir quando as condições de segurança melhorassem.

Em outubro de 2007, o Embaixador brasileiro no Iraque, Bernardo de Azevedo Brito, que, por motivos de segurança, trabalha em Amã, Jordânia, disse-me que acabara de voltar de uma viagem de três dias a Bagdá, e que a situação em geral havia melhorado significativamente. Em vista disso, ele estava pronto a me acompanhar em uma visita oficial ao Iraque, durante três dias, em janeiro de 2008. Na ocasião, eu poderia contar com o apoio do governo brasileiro que contrataria os serviços de uma empresa inglesa de segurança durante toda a nossa permanência no Iraque e até o nosso retorno a Amã.

Eu estava convicto de que essa seria uma das mais significativas viagens dos meus 66 anos de vida. É claro que minha família, meus colegas de trabalho e os meus amigos estavam preocupados. Expliquei-lhes que estava convencido de que o Iraque poderia implementar efetivamente a Renda Básica de Cidadania incondicional a todos os seus 30 milhões de habitantes, com o objetivo de pacificar a nação depois de muitos anos de guerra, violência e mortes, e que valeria a pena enfrentar o desafio. Senti-me honrado pelo convite feito pelo Presidente da Assembléia Nacional do Iraque, Mahmoud Dawud al-Mashhadani, - eleito em 22 de abril de 2006 para presidência, com 159 votos contra 97 e 10 abstenções como parte da lista da **Frente de Acordo Sunita** -, para esclarecer lhes de como os iraquianos têm todas as condições para introduzir este instrumento de política econômica.

Dois conterrâneos estavam no mesmo vôo desde o Brasil: Nawfal Assa Mossa Alssabak, vice-presidente da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque – um iraquiano que reside no Brasil desde a década oitenta, com sua mulher e quatro filhos e que serviu de interprete em várias ocasiões; e Sergio Kalili, um jornalista independente que filmou todos os eventos importantes da viagem. De Amã a Bagdá, o Embaixador brasileiro também estava acompanhado por dois membros da equipe da Embaixada brasileira, Safana Salloom e Valdir Guimarães.

Assim que chegamos ao aeroporto de Bagdá por volta das 10:00 da manhã do dia 16 de Janeiro de 2008, fomos cercados por seis seguranças com armas de fogo semi-automáticas. Atentamente fizeram varreduras em todos os lugares do grande saguão do aeroporto. Vestimos uma jaqueta à prova de balas de 15 kg e capacetes para percorrer o caminho do aeroporto à zona verde de Bagdá. Eu havia prometido ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil de que não me aventuraria a sair da área verde. Chegando lá, fomos acomodados num recinto da empresa de segurança. Cada quarto, simples, estava protegido contra potenciais morteiros com

pilhas de sacos de areia nas janelas e em cima dos telhados. Depois de deixarmos nossa bagagem, embarcamos direto para uma agenda de encontros.

Um fato me impressionou muito. Um membro da Câmara de Indústria e Comércio Brasil Iraque que nos acompanhava, o Sr. Alssabak, um iraquiano nascido em Bagdá, mas que há muito residia no exterior e que pela primeira vez voltava à sua cidade natal se disse muito desapontado. Ele disse que mesmo tendo viajado e conhecido várias cidades da Europa, Estados Unidos e América Latina considerava Bagdá a cidade mais bonita do mundo, mas que agora ficava muito triste, pois não reconhecia mais as redondezas; em cada rua e avenida, e especialmente na Área Verde, que eu também vi, a mesma cena se repete: muros de concreto com cerca de 3 a 5 metros de altura, algumas vezes cobertos de cercas de arame, impedem a vista da cidade. Na entrada dos prédios, especialmente nos destinados às atividades oficiais, sempre uma grande porta de aço, que se abre diante da presença de guardas de segurança. Entendi isso como um sinal da divisão que hoje marca o Iraque. Tudo isso me trouxe à mente que, nesta sociedade tão separada, os iraquianos estão gastando muito dinheiro para construir muros e aparatos de segurança. Com certeza todo esse aparato não será mais necessário quando o princípio de justiça e de solidariedade se tornar uma realidade nessa nação.

Nosso primeiro encontro foi com o Representante Especial da Secretaria Geral das Nações Unidas para o Iraque, Staffan de Mistura, um ítalo-sueco, sucessor do Sergio Vieira de Mello. Disse-lhe que, antes de deixar São Paulo, conversei com Carolina Larriera, a viúva de Sérgio, que também estava no Hotel Canal trabalhando no escritório das Nações Unidas, quando, em 19 de agosto de 2003, alguns metros de distância, um caminhão explodiu e o matou. Na ocasião, contou-me estar muito emocionada ao saber que alguém iria levar adiante a proposta que Sérgio Vieira de Mello abraçara. Ela me pediu para levar um pouco de terra brasileira para espalhar no Hotel Canal, onde ele morreu. Lamentavelmente, como ele se localiza fora da Área Verde não tive como atendê-la.

De Mistura disse-nos o quanto toda equipe das Nações Unidas admirava os esforços do Sergio a favor da paz. Ele nos levou ao local onde há uma placa em homenagem a sua memória. Deixei lá uma cópia do meu livro: *Renda Básica de Cidadania. A Resposta Dada pelo Vento* (L&PM 2006). A todas autoridades iraquianas que encontrei nessa viagem, dei um exemplar da publicação em inglês da Woodrow Wilson International Center for Scholars (março de 2007) desse livro, bem como sua tradução para o árabe, feita pelo Sr. Walthik Hindo, da Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque.

O segundo encontro foi com o Presidente da Comissão Consultiva do Primeiro Ministro, Thamir A. Ghadhban, que também foi Ministro do Petróleo. Expliquei-lhe como o Iraque poderia seguir o exemplo do Alasca em condições até melhores do que o Brasil que recentemente aprovou uma Lei para implementar a Renda Básica de Cidadania incondicional. Ele me apresentou até mais razões para fazê-lo e declarou que o Iraque havia ultrapassado a Arábia Saudita e agora é o

primeiro país do mundo em termos de reservas conhecidas de petróleo. Ele enfatizou que dos 12 principais locais do mundo com as maiores quantidades de petróleo descobertas, 9 se encontram no Iraque.

O terceiro encontro foi com o Ministro do Planejamento, Ali Ghalib Baban, o homem chave na elaboração de políticas para o futuro, de acordo com o Embaixador Bernardo Brito. Em nossa conversa, de cerca de uma hora, expliquei-lhe a racionalidade de uma renda básica, seus fundamentos e de como os economistas, filósofos e cientistas sociais do mais largo espectro são favoráveis a idéia. Conte também como o Alasca decidiu separar 50% dos royalties provenientes da exploração dos recursos naturais para criar um fundo que pertence a todos os seus habitantes. Desde o início dos anos oitenta aqueles recursos têm sido aplicados em títulos dos EUA, ações das empresas do Alasca, das empresas americanas e internacionais e em investimentos imobiliários. O Fundo Permanente do Alasca evoluiu em valor desde então, de US\$ 1 bilhão para cerca de US\$ 40 bilhões atualmente. Cada morador do Alasca, desde que resida por um ano ou mais – hoje são cerca de 700 mil – tem o direito de receber um dividendo igual, que evoluiu de cerca de US\$ 300, no início da década de oitenta, para US\$ 1.654 por ano, per capita em 2007. Este sistema tornou o Alasca o estado mais igualitário dos 50 estados americanos. Em 1976, quando o Alasca tinha 300 mil habitantes, foi realizado um referendo sobre a idéia e 76 mil votaram “sim” e 38 mil votaram “não”. Hoje, com base no que pude observar pessoalmente em 1995 - quando visitei Alasca durante 7 dias – e a partir das observações do Professor Scott Goldsmith, da Universidade do Alasca, em sua palestra na Conferência da Bien em 2002, seria considerado um suicídio político para qualquer líder naquele estado americano propor o fim do Sistema de Dividendos Permanentes do Alasca.

O Ministro Baban mencionou que atualmente eles estão analisando as diversas experiências dos principais países produtores de petróleo. Estão estudando, dentro do governo e do parlamento, qual a melhor utilização dos recursos provenientes do petróleo. Devido à destruição da infra-estrutura, incluindo a de extração do petróleo, eles decidiram usar boa parte dos recursos para primeiro reconstruir o que foi destruído pela guerra. Em todos os encontros enfatizei que nós, brasileiros, iraquianos e a população dos países em desenvolvimento, devemos ficar atentos aos efeitos dos vários tipos de programas de transferências de renda, tais como o EITC (Crédito Fiscal por Remuneração Recebida) nos EUA e FTC – Family Tax Credit (Crédito Familiar Fiscal) no Reino Unido, que existem nos países desenvolvidos e tornam suas economias mais competitivas do que as nossas caso não adotemos procedimento similares ou melhores. Tentei mostrar que o melhor instrumento para esse objetivo é a renda básica incondicional.

O Ministro do Planejamento também mencionou que gostou da experiência de micro-crédito do Professor Muhammad Yunus e do Grameen Bank em Bangladesh e que o governo iraquiano estava expandindo as operações de micro-crédito. Conte-lhe da minha interação com o Professor Yunus durante o ano de 2007. Primeiro, na Alemanha, em junho, fomos convidados pelo Professor Götz W. Werner para uma conferência na Universidade de Karlsruhe sobre “Micro Crédito

e Renda Básica como instrumentos para erradicar a pobreza absoluta e promover o empreendedorismo”; segundo, em minha visita à Dacca, e terceiro, na visita de Yunus à Florianópolis, no Brasil. Nessas ocasiões, expliquei-lhe a minha profunda crença de como ambos os instrumentos, Micro Crédito e Renda Básica, podem ser harmonizados para atingir os objetivos de promover o desenvolvimento junto com a prática da justiça.

A partir das informações que coletamos, o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito disse-me que eu estava visitando o Iraque no tempo apropriado para apresentar a proposta sobre o que fazer com os rendimentos provenientes do petróleo e dos recursos naturais, pois os iraquianos estavam exatamente analisando qual seria a melhor proposta. Aprendemos que nos últimos vinte anos o Iraque havia desenvolvido um Sistema de Distribuição Pública que tem caráter universal. Vários itens básicos, incluindo alimentos e bens domésticos, eram distribuídos “em espécie” pelo Estado através de uma rede de caminhões e lojas em todo o país. Depois de 2003, eles consideraram a distribuição em termos monetários. Mas até hoje o sistema bancário não está suficientemente maduro e desenvolvido para permitir essa alternativa.

Nosso encontro seguinte foi um dos mais importantes e muito especial. O ex-Primeiro Ministro e líder da coalizão principal do Conselho de Representantes do Iraque, Ibrahim Al-Jaafari, nos recebeu para uma conferência e um jantar na sua residência dentro da Área Verde. Eu estava bastante surpreso, porque não tinha idéia do que poderia acontecer. Ele nos recebeu no portão e nos conduziu ao saguão principal onde mais de 40 autoridades esperavam pela conferência. Al-Jaafari me apresentou a cada um dos cinco ministros do atual governo, ao Presidente da Alta Corte de Justiça, a vários ministros do governo anterior, no qual ele era o Primeiro Ministro, incluindo o Ministro da Justiça, e a seu próprio Chefe da Casa Civil, e a cerca de 30 membros, homens e mulheres, do atual Conselho de Representantes.

Por aproximadamente 25 minutos, ele falou em árabe, traduzido para português pelo Sr. Alssabak, sobre a importância de minha visita ao Iraque e da proposta que iria apresentar. Tive a palavra por cerca de 50 minutos, o suficiente para explicar os fundamentos da idéia da renda básica, sua evolução durante a história da humanidade e as vantagens da proposta na promoção do senso de solidariedade entre os xiitas, sunitas, curdos, cristãos, judeus e outros grupos da sociedade.

Enfatizei que a renda básica era consistente com o Alcorão e com os escritos de seus seguidores, e que os ensinamentos dos princípios da justiça e igualdade no Islã são similares àqueles do Cristianismo. No Livro de Hadith, Omar, o segundo dos quatro califas que seguiram o Muhammad, recomendou aos cidadãos detentores de grandes propriedades ou de ganhos que eles deveriam reservar uma parte para aqueles que menos ou nada tem. A raiz da idéia pode ser encontrada na história antiga. Escrevendo no século VI antes de Cristo, Confúcio observou que “a

incerteza é pior que a pobreza” e “alguém poderia sair de casa sem ser pela porta?”. De fato, quando estudamos a racionalidade da Renda Básica de Cidadania, concluímos que é uma solução de bom senso, assim como sair de casa pela porta.

Também relembrei a definição de Aristóteles para política: uma ciência para atingir o bem comum. A fim de estabelecer uma vida justa para todos os povos necessitamos de justiça política, que deve ser precedida pela justiça distributiva, tornando iguais os mais desiguais. Karl Marx, em 1875 no seu livro Crítica do Programa de Gotha, apresentou idéias similares quando escreveu sobre a forma de comportamento maduro do homem na sociedade: “de cada um de acordo com a sua capacidade, a cada um de acordo com a sua necessidade”. O mesmo princípio pode ser encontrado na palavra mais citada no Velho Testamento da Bíblia, “Tzedaka” em hebraico, que significa justiça social, ou justiça na sociedade. Uma clara defesa do projeto de renda básica foi feita por São Paulo na Segunda Epístola aos Coríntios, no Novo Testamento. Ele recomendou aos macedônios que seguissem o exemplo de Jesus, que decidiu se juntar aos pobres e viver entre eles. Como está escrito, para haver justiça e igualdade: “O que colheu muito não teve demais, e o que colheu pouco não teve de menos.” A renda mínima também foi claramente defendida pelo Budismo, como pudemos ver nas declarações do Dalai Lama em Ética para o Novo Milênio: “Para alguém aceitar o consumo luxuoso dos mais ricos é preciso primeiro assegurar a sobrevivência de toda humanidade.”

Falei sobre os principais pensadores na História que desenvolveram a proposta de renda mínima garantida, tais como Thomas More, Juan Luis Vives, Thomas Paine, Bertrand Russell. Mencionei também o mais largo espectro de economistas como Joseph Charlier, Dennis e Mabel Milner, Joan Robinson, John Maynard Keynes, Friedrich Von Hayek, James Edward Meade, George Stigler, Milton Friedman, James Tobin, Robert Theobald, John Kenneth. Destaquei os fundadores da BIEN tais como Philippe Van Parijs, Guy Standing e Claus Offe que podem ser convidados para mostrar aos iraquianos como a Renda Básica é capaz de ajudar a sociedade a prover dignidade e liberdade para todos.

Expliquei como no Brasil o Programa de Renda Mínima Garantida, vinculado às oportunidades educacionais e de saúde – o Programa Bolsa Família - e outras iniciativas governamentais, tais como o programa Bolsa Escola, que o precederam, foram desenvolvidos desde meados dos anos noventa. Hoje 45 milhões de brasileiros, ou um quarto dos 189 milhões de habitantes do país, são beneficiários do Programa Bolsa Família, que foi reconhecido como bastante eficiente no combate contra a pobreza e na promoção da igualdade. Depois anunciei a boa novidade de que o Congresso Nacional do Brasil foi o primeiro do mundo a aprovar uma lei que gradualmente introduzirá uma renda básica incondicional.

Lembrei que os iraquianos gostam de futebol e que eles têm grande admiração pelos jogadores brasileiros. Disse-lhes que recentemente lera na imprensa brasileira uma entrevista do técnico de futebol brasileiro, Jorvan Vieira, da Seleção Nacional de Futebol do Iraque, que foi responsável pelo Campeonato nos

Jogos Asiáticos. Jorvan disse que no começo foi difícil para os xiitas passarem a bola para os sunitas, depois para os curdos e assim por diante, mas a partir do momento em que ele conseguiu harmonizar o time, eles foram capazes para se tornarem campeões. Quando estava saindo do Brasil para Iraque, pedi ao Pelé que autografasse duas camisetas: uma do Santos Futebol Clube e outra da Seleção Brasileira, com as seguintes mensagens: *Para o Iraque, tudo de melhor, Pelé*; e *Desejo Paz para o Iraque, Pelé*. Dei a primeira camiseta para Al-Jaafari, juntamente com um DVD *Pelé Eterno*, que conta a história do Pelé e de seus melhores jogos.

Eles ficaram muito entusiasmados com a proposta e a idéia de que o futebol pode reunir pessoas. As mulheres, que eram membros do Conselho de Representantes, me pediram para apresentar de forma mais completa a Renda Básica de Cidadania à Comissão de Direitos Humanos. Elas gostariam de discutir a proposta do ponto de vista das mulheres. Aceitei e agendamos o encontro para o dia 18 de janeiro. Após minha apresentação, parte em português, traduzido para árabe, parte em inglês, saboreamos um típico jantar árabe para mais de 40 pessoas. Durante a conversa informal, tive a oportunidade de aprender mais sobre o Iraque e de responder perguntas sobre a viabilidade da renda básica.

Depois do jantar, por volta da meia noite, fomos informados que devido às festividades religiosas do Ashura, a serem realizadas nos dois dias seguintes - quando mais de 10 milhões de iraquianos em todo o país saem às ruas - seria implantado o toque de recolher. Portanto, nos dias 18 e 19 de janeiro seria impossível nos deslocarmos do local onde estávamos hospedados e ninguém poderia sair de suas residências para nos encontrar. Só poderíamos sair de Bagdá no domingo, 20 de Janeiro. Eu queria muito ficar até domingo, mas o Embaixador Bernardo de Azevedo Brito me explicou que isto custaria muito caro e não seria produtivo.

Assim, não pudemos cumprir alguns dos encontros já agendados, como a conversa com o Cardeal Católico Emmanuel Delly III, nomeado pelo Papa Bento XVI em 2007; com o Presidente da Comissão de Reconstrução Econômica e de Investimentos do Conselho dos Representantes, Yonadam Kanna e seus colegas; com a Comissão de Direitos Humanos e com o Reitor da Universidade de Bagdá, Mousa al-Musawi e seus colegas. Tendo em vista reduzirmos em um dia nossa visita, previamente planejada para três dias, a empresa de segurança também reduziu parte do custo do terceiro dia. As despesas de minha viagem foram pagas pelo Conselho de Representantes do Iraque, apesar de terem sido adiantadas pela Câmara de Comércio e Indústria Brasil Iraque. Não houve despesas pagas pelo Senado Federal.

No dia 17 de Janeiro fomos recebidos na residência do Presidente do Conselho de Representantes, Mahmoud al-Mashhadani. Diferentemente do uso de

traje formal de autoridades no Conselho de Representantes, em casa ele estava usando o traje tradicional árabe. Contou que normalmente, durante os últimos dois anos, tem recepcionado autoridades no seu escritório no Parlamento. Em casa ele recebe apenas sua família e amigos próximos. No meu caso, entretanto, ele estava me recebendo em casa porque vim de um país muito amigo, o Brasil, o qual é um exemplo para o Iraque de como pessoas de diferentes origens podem viver em harmonia e que fomos capazes de democratizar o país de forma pacífica e tranqüila. Também, acrescentou, que eu fora a Bagdá explicar uma proposta relevante para beneficiar o Iraque, mesmo sabendo que havia alguns riscos envolvidos na viagem. Portanto, ele estava me recebendo como um verdadeiro amigo do Iraque.

Dei-lhe a camiseta da Seleção Brasileira com a mensagem do Pelé, *Desejo Paz para Iraque*, e o DVD *Pelé Eterno*, produzido por Anibal Massaini, para os iraquianos aprenderem a jogar melhor. Mais uma vez fiz o paralelo de como seria importante os jogadores de um time harmonizarem o seu comportamento e de como a renda básica poderia ajudar todos os povos a viver com solidariedade, com base na aplicação dos princípios de justiça e da renda de cidadania incondicional.

Mas a Renda Básica seria paga a todos os cidadãos? Incluindo o Presidente al-Mashhadani do Iraque, o Pelé, o Senador Suplicy e os mais bem sucedidos empresários no Iraque e no Brasil? Sim, expliquei. Mas por que, ele continuou, se não a necessitamos para nossa sobrevivência? Respondi, que estaríamos contribuindo relativamente mais para nós mesmos e para que todos na sociedade pudessem receber a Renda Básica de Cidadania.

Quais são as vantagens de sua implementação? A eliminação da burocracia envolvida para saber quanto a pessoa está recebendo no mercado formal ou informal, e com isso, também o fim do estigma de se sentir vergonha de ter que dizer: Só ganho isso, portanto preciso de uma renda complementar. Também acaba o fenômeno da dependência que resulta de um sistema que estabelece que alguém só receberia um complemento de renda se a sua renda não atingisse um determinado nível. Daí a pessoa avaliaria que ao aceitar algum trabalho e iria perder o que o governo estava lhe dando naquele programa, poderia decidir que não mais iria trabalhar, e isso produziria a armadilha do desemprego ou da pobreza. Principalmente, do ponto de vista da dignidade e da liberdade do ser humano, seria bem melhor saber de antemão que no próximo período e mais e mais, com o progresso da nação, você e todos os membros de sua família terão o direito de receber uma Renda Básica como um direito de participar da riqueza da nação. Uma vez mais, tentei explicar-lhe como o Iraque estava numa posição excelente para seguir o exemplo do Alasca e usar os recursos provenientes da exploração do petróleo para criar um fundo que pertencerá a todos os 30 milhões de iraquianos.

Ao final da conversa, contei ao Presidente al-Mashhadani sobre o discurso que fiz na tribuna do Senado brasileiro, em setembro de 2002, quando o governo dos EUA planejava atacar o Iraque para por fim ao regime do Saddam Hussein. Levei em consideração os movimentos populares por ações pacíficas do mundo inteiro. Comecei o discurso com o poema *A Bomba*, de Carlos Drummond de Andrade. Este grande poeta brasileiro após citar os horrores da guerra, falava de sua esperança de que finalmente o homem vai destruir a bomba. Relatei que no pronunciamento pedira ao Presidente George W. Bush para prestar atenção às recomendações de Martin Luther King Jr. em seu discurso *Tenho um Sonho* de 1963, onde ele recomendou a seu povo que não aceitasse tomar o chá do gradualismo daqueles que dizem que as coisas vão melhorar com o tempo, porque se não fizermos as mudanças necessárias, o mais breve possível, a América iria viver outro verão abrasador. Mas, também disse que nunca deveríamos beber do cálice da violência, do ódio, da vingança e da guerra; que deveríamos sempre enfrentar a força física com a força da alma. Depois pedi a sua permissão para cantar uma canção de um dos grandes poetas americanos, Bob Dylan, com a qual conclui meu discurso. Ele me deu a permissão, e finalizei cantando:

*Quantas estradas precisará o homem percorrer
até que ele seja chamado de homem?
Quantos mares precisará a gaivota branca navegar
até que ela possa descansar na areia?
Quantas vezes precisarão as balas de canhão ser lançadas
até que finalmente sejam banidas para sempre?
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

*Quantas vezes precisará um homem olhar para cima
até que finalmente possa ver o céu?
Quantos ouvidos precisará um homem ter
até que possa ouvir as pessoas chorarem?
Quantas mortes precisará haver
até que se perceba que pessoas demais já morreram?
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

*Quantos anos precisará uma montanha existir
até que ela seja levada para o mar?
Quantos anos precisará um povo existir
até que ele alcance a liberdade?
Quantas vezes pode um homem virar a sua cabeça,
fingindo que não vê as coisas?
A resposta, meu amigo, está sendo soprada pelo vento.
A resposta está sendo soprada pelo vento.*

O Presidente Bush não atendeu ao meu apelo, apesar de eu ter argumentado que nós, brasileiros, fomos capazes de por fim à ditadura através de ações pacíficas. Pude sentir que ele se emocionou de verdade. Disse-me que os iraquianos querem muito que a ocupação estrangeira termine logo. Asseverou que o

Conselho de Representantes, onde há muitos jovens, aprovará a proposta da Renda Básica, e que ele deseja que eu retorne ao Iraque para ajudar nesse processo. Ele me pediu para contar à família do Sergio Vieira de Mello que o povo iraquiano se sente em débito com este brasileiro que perdeu sua vida para ajudar a pacificar seu país. Os iraquianos têm grande respeito e admiração por Sérgio e programam para breve uma homenagem especial para ele.

Nosso último encontro foi com o Ministro de Relações Exteriores, Hoshyar Zebari, e com o Vice-Chanceler Labeed M. Abbawi. Eles expressaram o quanto estavam felizes em receber um Senador brasileiro e que gostariam muito de incrementar as relações entre o Brasil e o Iraque em todos os campos. De fato, o Ministro de Comércio do Iraque é esperado para visitar o Brasil em breve.

O Embaixador Bernardo de Azevedo Brito disse-me que considerou a nossa jornada muito produtiva, apesar de ter sido abreviada. Ele continua trabalhando nos assuntos decorrentes de nossas conversas com as autoridades iraquianas. O Presidente da Comissão de Reconstrução, Economia e Investimentos foi visitá-lo na semana seguinte à nossa viagem em Amã. O Presidente e o Vice-Presidente da Câmara de Comercio e Industria Brasil-Iraque, Jalal Jamel Dawood Chaya e Nawfal Assa Mossa Alssabak consideraram a viagem “um grande sucesso, com excelente repercussão em todo o Iraque, e real interesse de várias partes na aproximação de ambos os países”, como expressaram na carta anexa de 30 de janeiro de 2008.

Não vi nenhuma ameaça ou sinal de violência durante o tempo em que permanecemos em Bagdá. De qualquer forma é importante mencionar que a imprensa iraquiana registrou em 18 de janeiro, que um dia antes da recepção na residência do Senhor Al-Jaafari's, dois morteiros caíram a 1 km de distância daquele local. Também, na semana seguinte, infelizmente, devido à ação de duas mulheres suicidas, duas bombas explodiram no mercado popular de Bagdá, matando 73 pessoas e ferindo mais de 100. Ouvei dos iraquianos que, em geral, os responsáveis por esses ataques violentos sabem exatamente quem pretendem atingir e que tais ataques são bastante precisos. Eu poderia ser considerado otimista, mas estava certo de que não seria alvo de qualquer tipo de violência, pois o motivo da minha viagem foi exatamente propor um instrumento que contribua para maior justiça naquela nação.

Agradeço ao Embaixador Bernardo de Azevedo Brito e ao Ministro de Relações Exteriores do Brasil, Celso Amorim, pelas atenções e esforços para o sucesso dessa viagem. Também sou grato ao Sr. Chaya e Sr. Alssabak pelo importante apoio; ao Sr. Sérgio Kalili, jornalista que está produzindo um documentário sobre esta jornada tão incomum, mas bastante significativa.

3. O despertar de uma nação: o Timor Leste

Eduardo Matarazzo Suplicy

Em 28 de janeiro último, a convite de Carolina Larriera, companheira de Sérgio Vieira de Mello, participei no Rio de Janeiro da recepção ao Presidente do Timor Leste, José Ramos Horta, o qual, juntamente com o Bispo Ximenes Belo, recebeu o Prêmio Nobel da Paz de 1996 em razão do empenho de ambos para que o povo leste-timorense alcançasse sua independência, finalmente conseguida em 2002.

Carolina e Sérgio ficaram muito amigos de Ramos Horta durante o período em que Sérgio coordenou as ações da ONU no Timor Leste e administrou o País por três anos. Em 1999, 80% da população votaram pela independência em relação à Indonésia, elegeram a Assembléia Constituinte e finalmente tiveram seu primeiro governo autônomo iniciado em 2002.

Na recepção no Rio relatei ao presidente Ramos Horta os detalhes da recente viagem que fiz ao Iraque com o objetivo de expor ao governo e ao seu Conselho de Representantes a proposta de uma Renda Básica de Cidadania – RCB. O interesse do presidente leste-timorense pelo assunto levou-nos a continuarmos nossa conversa no dia seguinte.

Por cinquenta minutos expliquei-lhe como o Timor Leste, embora tendo uma das mais baixas rendas per capita no mundo, poderia seguir exemplo semelhante ao do Alasca e prover aos seus um milhão e cem mil habitantes uma Renda Básica de Cidadania, principalmente agora que o país deu início à exploração de petróleo, o que tem gerado cerca de US\$ 100 milhões por mês para um Fundo Petrolífero. Relatei que no Brasil o Congresso Nacional aprovou uma lei nesse sentido, para a introdução da RCB por etapas, a critério do Poder Executivo, começando pelos mais necessitados, como o faz o Programa Bolsa Família. Ele considerou a proposta fascinante e me convidou a explicá-la em seu país.

Inicialmente a viagem para o Timor Leste deveria ser em março, mas no dia 10 de fevereiro o presidente Ramos Horta foi gravemente baleado quando fazia exercícios, próximo de sua residência em Díli. Tão logo recuperado, o presidente reiterou o convite para minha ida ao seu país nos dias 16 a 18 de junho.

Ao chegar em Díli fui recebido no aeroporto pelo Presidente. Para mim, um senador da República, este gesto, além de ser uma grande honra, expressa uma amizade especial para com o Brasil e denota o interesse de Ramos Horta na erradicação da pobreza em seu país. Além disso, demonstra a expectativa de cooperação do governo

leste-timorense para com o nosso governo, que deverá ser aprofundada com a visita do presidente Luiz Inácio Lula da Silva ao Timor Leste em 12 de julho.

Logo ao chegar pude perceber que o Timor Leste é muito bonito e tem grande potencial para o turismo. Isso me fez pensar em seus indicadores sociais que o retratam como um país bastante pobre com uma expectativa de vida de 56 anos, taxa de alfabetização de apenas 58% e onde uma em cada dez crianças morre antes de completar cinco anos de idade. 42% de sua população têm até 15 anos e a taxa de crescimento populacional é alta: 5,36% ao ano. A renda per capita em 2007 foi de apenas US\$ 367,00.

No trajeto para o hotel, avistei próximo ao aeroporto um grande acampamento de famílias. Soube que elas tiveram suas casas queimadas em uma das revoltas ocorridas nos últimos anos, fruto da guerra que abalou o país.

No primeiro dia o Presidente ofereceu-me um jantar, do qual participaram as Ministras das Finanças, da Solidariedade, o Ministro das Relações Exteriores, o Diretor do Banco Mundial no Timor Leste, Antonio Franco, o Embaixador de Portugal em Díli, João Nugent Ramos Pinto, o senhor Roque Rodrigues, além do assessor especial do presidente Ramos Horta. Nosso Embaixador, Edson Marinho Duarte Monteiro, acompanhou-me, no jantar e durante toda minha estada naquele país. Nessa ocasião o Presidente Ramos Horta falou acerca da implantação da Renda Básica de Cidadania e observou que, em razão de existir um desnível muito grande na distribuição da renda de seu país, o pagamento do benefício deveria começar pelas pessoas que têm rendimentos mais baixos.

A cada diálogo com as autoridades leste-timorenses constatee a enorme vontade do governo em superar os desníveis sociais. Bem como o interesse em aprenderem com a nossa experiência no que diz respeito aos programas de transferência de renda, de micro-crédito, de crédito para agricultura familiar, de programas educacionais, qualificação de docentes, sobretudo de língua portuguesa. A mesma curiosidade também existe nas áreas de agricultura, pesca, zootecnia, justiça, defensoria pública, promotoria, execução orçamentária, cultural, desenvolvimento empresarial, instrução militar, assessoria parlamentar, dentre outras.

No que concerne à transferência de renda, o governo leste-timorense iniciou um programa piloto denominado Bolsa das Mães, que leva em conta a experiência brasileira do Programa Bolsa Família. A implementação desse programa apresenta alguns entraves tendo em vista a precária estrutura administrativa local, a inexistência de rede bancária e de caixas automáticos, o que impede a implementação de um sistema de cartão eletrônico.

No dia seguinte, fui recebido em audiência pelo Primeiro Ministro Xanana Gusmão, o qual se interessou de tal forma pelo tema que o encontro se prolongou por uma hora e vinte minutos. Na ocasião, também esteve presente o Vice-Primeiro Ministro José Luís Guterres.

O diálogo seguinte com a Ministra das Finanças, Emília Pires, que descreveu o sistema tributário do país, o qual possui basicamente quatro impostos. Um deles, o imposto de renda que incide sobre os rendimentos dos assalariados que ganham mais de quinhentos dólares mensais e sobre os rendimentos dos negócios dos comerciantes, tem uma alíquota de 10%. Outro imposto importante é o incidente sobre as importações com uma alíquota única de 2,5%.

Relatei à ministra que o professor Anthony Atkinson, da Universidade de Oxford, na Inglaterra, publicou um livro sobre “Finanças Públicas em Ação: A Renda Básica e a Proposta de Imposto Fixo (Flat Tax)”, que poderia auxiliar no processo de implantação da RBC no Timor Leste. De nosso diálogo surgiu a proposta de realizarmos, em breve, em Díli, um encontro de alguns grandes economistas como Amartya Sen, Joseph Stiglitz, Jeffrey Sachs, Philippe Van Parijs, Anthony Atkinson e Guy Standing para debater como libertar o Timor Leste da pobreza.

Em minha audiência com a Ministra Maria Domingas Fernandes Alves, pude entender porque aquela mulher, que dos 15 aos 18 anos foi ativista da resistência nas montanhas, tornou-se a Ministra da Solidariedade. Além da Bolsa das Mães, sua pasta dá prioridade aos veteranos combatentes, aos idosos e aos inválidos. Os programas sociais estão iniciando e nesse ano deverão atingir 7 mil famílias.

Em meu encontro com o Ministro das Relações Exteriores, Zacarias Albano da Costa, juntamente com o Embaixador brasileiro, conversamos sobre eventual cooperação que os Ministérios das Relações Exteriores, Desenvolvimento Social, Agricultura, Justiça dentre outros, poderão oferecer ao Timor Leste.

Nessa visita dialoguei ainda com o diretor do Banco Mundial, Antonio Franco, que solicitou a indicação de um brasileiro para ajudar ao governo leste-timorense na implantação de um programa equivalente ao Bolsa Família até chegar à Renda Básica de Cidadania. Essa pessoa deverá ter a experiência acumulada no Brasil para prestar assessoria em toda a fase de implantação do programa.

Gostaria de parabenizar os inúmeros brasileiros – professores, defensores públicos, procuradores, juízes, médicos, religiosos e técnicos, que prestam serviços nas mais diversas áreas no Timor Leste.

No desfecho de minha visita, proferi duas palestras sobre os fundamentos, o desenvolvimento da idéia, o debate nos diversos países e as experiências pioneiras da implementação da Renda Básica de Cidadania. Como exemplo, discorri sobre a distribuição de rendimentos do Fundo Permanente do Alasca, do início de um pagamento de uma Renda Básica para os 1005 habitantes de Otjiviero, Omitara, um vilarejo da Namíbia, além

de falar da experiência que está por se iniciar em Paranapiacaba, distrito de Santo André. A receptividade sobre o assunto foi muito grande.

A primeira palestra, para 350 pessoas, foi na Universidade Nacional do Timor Leste, e a segunda, no plenário do Parlamento Nacional. Essa era para ser apenas para a Mesa Diretora e para os líderes partidários. Entretanto, cerca de 33 dos 65 deputados estiveram presentes. Ao final das explicações e das respostas às perguntas na Universidade, 75% da platéia se mostraram favoráveis a que o Timor Leste se torne um exemplo da implantação da Renda Básica de Cidadania. No Parlamento, a aceitação também foi intensa pelas palavras e palmas dos parlamentares.

A caminho do aeroporto, passei no gabinete do Presidente José Ramos Horta para me despedir, dar-lhe um abraço e agradecer toda a atenção. Mesmo estando em audiência com o Bispo Emérito da Noruega, Gunnar Stalsett, do Comitê do Prêmio Nobel, me recebeu e foi atencioso.

Na ocasião, o Presidente Ramos Horta reforçou a necessidade da realização, o mais breve possível, de um encontro de economistas para debater como transformar o Timor Leste num país com desenvolvimento sustentável e justiça social. Deixei com o Presidente dois trabalhos que foram apresentados no XII Congresso Internacional da BIEN, Basic Income Earth Network, realizado nos dias 20 e 21 de junho em Dublin, Irlanda: “Timor Leste, Salário Mínimo, Garantia de Empregos, Pagamentos de Bem Estar ou Renda Básica”, do Professor John Tomlinson, da Queensland University of Technology, Austrália; e “A Renda Básica e o Direito a Existência no Timor Leste”, de David Casassas, Daniel Raventos e J. Wark, apresentado na Conferência Européia de Estudos para a Ásia Sudeste, em 12-15 setembro de 2007. Esses estudos concluem pela viabilidade de o Timor Leste ser um exemplo da implantação da Renda Básica de Cidadania.

Ao Presidente José Ramos Horta
Presidente do Timor Leste,

Ao Primeiro-Ministro Xanana Gusmão

Dublin, 21 de junho de 2008.

Renda Básica no Timor Leste

Prezado Senhor Presidente
Prezado Senhor Primeiro-Ministro

Em nome da Rede Mundial da Renda Básica – BIEN, lhe escrevemos no encerramento do XII Congresso Internacional, realizado em Dublin, Irlanda.

Em primeiro lugar, desejamos-lhe sucesso em sua busca em transformar seu jovem país em uma nação cujos cidadãos tenham liberdade e segurança econômica para desenvolver suas aptidões. Segundo, gostaríamos de nos solidarizar com Vossa Excelência e informar que nos colocamos à disposição para oferecer serviços de assessoria, caso deseje implantar uma Renda Básica como direito fundamental de todos os cidadãos do Timor Leste.

Isso é financeiramente e politicamente factível e fortaleceria o compromisso de longo prazo com a democracia e desenvolvimento econômico e social de seu país.

Cordialmente,

Professor Guy Standing, Co-presidente BIEN
guystanding@standingnet.com

Senador Eduardo /Matarazzo Suplicy, Co-presidente BIEN
eduardo.suplicy@senador.gov.br

Professor Philippe Van Parijs, Presidente, Diretoria Internacional, BIEN.
philippe.vanparijs@uclouvain.be

To President Jose Ramos Horta,
President of East Timor,

To Prime Minister Xanana Gusmão

June 21, 2008.

Basic Income in East Timor

Dear Mr. President and Mr. Prime Minister,

On behalf of BIEN, the Basic Income Earth Network, we are writing to you on the conclusion of the 12th International Congress held in Dublin, Ireland.

We are writing, first, to wish you every success as you seek to transform your very new country to one in which all your citizens have the freedom and economic security in which to develop their human capacities. Second, we are writing to express our sense of solidarity and to inform you that we stand ready to offer advisory services should you wish to develop a basic income as a fundamental right for all citizens of East Timor.

Such a scheme is financially and politically feasible, and would strengthen the long-term commitment to democracy and inclusive social and economic development.

With our very best wishes,

Yours sincerely,

Professor Guy Standing, Co-chair, BIEN
guystanding@standingnet.com

Senator Eduardo /Matarazzo Suplicy, Co-chair, BIEN
eduardo.suplicy@senador.gov.br

Professor Philippe Van Parijs, Chair, International Board, BIEN.
philippe.vanparijs@uclouvain.be